

O DISCURSO HISTÓRICO EM O REGICIDA DE CAMILO CASTELO BRANCO

Liene Cunha VIANA*

“Chego a estranhar, muitas vezes, que ela seja tão monótona, pois grande parte dela deve ser invenção.”

Jane Austen, *Northanger Abbey*

Durante o Romantismo, em Portugal – como nos países que deram origem ao movimento –, o romance histórico foi cultivado por muitos escritores, como Alexandre Herculano, Almeida Garrett (pertencentes a um “primeiro momento romântico”), Arnaldo Gama e Camilo Castelo Branco (“segundo momento romântico”). Buscando criar uma literatura nacional, que valorizasse o povo e o folclore locais, os românticos portugueses voltaram-se para a Idade Média daquele país, em uma tentativa de reconstituir – e fortalecer na memória das pessoas – o momento de formação de Portugal.

O Regicida é um exemplo dos romances históricos em que Camilo, infiel à história, recria-a em vez de tentar divulgá-la (como faz Herculano). Desmontando os “fatos” da história oficial, inserindo-lhe episódios e personagens ficcionais, nessa obra o autor mostra-nos outras facetas dos reis de Portugal e Espanha, assim como da sociedade portuguesa da primeira metade do século 17 – tanto a que permaneceu ao lado de D. João IV, como a que se exilou na Espanha, ao lado de Filipe IV, quando da Restauração da monarquia portuguesa em 1640. À História – aquilo que teria ocorrido – Camilo imiscui a literatura, ou seja, aquilo que poderia ter ocorrido; utilizando um referencial histórico, lê em suas entrelinhas; imagina o que não chegou ao nosso conhecimento. Em um jogo entre a realidade imaginada (a

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

ficção) e a realidade concreta (o referencial), Camilo apresenta-nos elementos históricos redistribuídos em um conjunto fictício da realidade.

Publicada a obra pela primeira vez em 1874, sua ação transcorre entre 1634 e 1647. Nessa primeira data, quando o protagonista Domingos Leite conta com dezessete anos de idade, encontramos-lo na vila de Guimarães, iniciando-se em sua vida profissional. Entre os episódios da vida de Domingos, Camilo insere episódios e citações históricas – como as desventuras amorosas de apaixonados (reais) por princesas, o desaparecimento de D. Sebastião, alusões aos infelizes amores de Camões, à morte de Bernardim Ribeiro (cujo livro *Saudades* teria influenciado Domingos Leite, excessivamente sonhador). Encontramos também referências a personagens históricas do governo de Filipe IV, como a Vice-Rainha Duquesa de Mântua, e da “oposição”, como o Duque de Bragança (futuro D. João IV).

Domingos Leite participa efetivamente da História de Portugal a partir dos “Distúrbios de Évora”, quando aparece ao lado do juiz do povo Sezinando Rodrigues e do escrivão João Barradas, lutando contra o pagamento excessivo de impostos ao rei espanhol. Feito secretário do marquês de Gouveia, Domingos Leite participa da conspiração para a retomada do trono português ao “usurpador” – tratando inclusive de papéis relativos à república e oferecendo-se para matar Miguel de Vasconcelos, que – na realidade – acabaria sendo assassinado por um fidalgo quando da sublevação de 1640.

Aqui conhecemos a personagem que acompanhará o protagonista até o final: Roque da Cunha, que encontramos na História com o nome de Manuel Roque – nome este contestado por Camilo como um “engano” dos historiadores. Na ficção de Camilo, essa personagem teria também matado, por dinheiro, o pai de Miguel de Vasconcelos e testemunhado falsamente contra o general Mathias de Albuquerque, personagem das batalhas em que a Espanha tentou reaver Portugal depois da Restauração.

Outra personagem importante é o padre Luiz de Albuquerque. Filipista, participa de reuniões contra a Restauração e trabalha como mensageiro na tentativa contra-revolucionária do conde-duque de Olivares (1641), e escapa da morte delatando os conjuradores que – também na realidade – morrem na forca ou são degolados todos.

A parte fundamental da trama ocorre a partir de 1640. O rei era então D. João IV, que restaurara o trono português após a Revolução de 1º de Dezembro. Os fatos históricos que servem de tema ao romance ligam-se a um

episódio descrito por M. Pinheiro Chagas, em *História de Portugal*: em 1647, o escrivão Domingos Leite, após o assassinio do Padre Luís Álvares, foge para Madrid, onde é subornado por agentes de Filipe IV, rei da Espanha, para assassinar D. João IV. Volta a Lisboa e, com o auxílio de um cúmplice, Manuel Roque, prepara o atentado, no qual o rei deveria ser morto a tiros, quando da procissão de *Corpus Christi*. A falta de coragem do protagonista faz com que não logre seu intento, e Domingos é preso e condenado à morte.

A obra se inicia por uma Advertência, onde se afirma que o romance teria se originado de um manuscrito de autor anônimo, contemporâneo aos acontecimentos (1648), e que teria pertencido à “livraria do secretário de estado Fernando Luiz Pereira de Sousa Barradas” (p. 7)¹. Lançando ao leitor algumas pistas de que a obra vai subverter a história oficial, o narrador afirma que a história impressa omitiu o manuscrito, “respeitando as conveniências” (p. 7).

Por toda a obra o narrador faz alusões a esse manuscrito que teria dado origem à sua história: “O manuscrito que vai arquitetando este livro, ao entrar no período amoroso de Domingos Leite, diz singelamente: ‘saíram-lhe muitos casamentos’ (p. 21); “A melancolia do rei quer o meu manuscrito legitimá-la...” (p. 161); “Tão minucioso é nesta relação o manuscrito consultado, que não lhe esqueceu dizer-nos ser o proprietário das casas Gomes Freire, fidalgo da Beja” (p. 147).

O narrador dirige-se constantemente ao leitor, direta ou indiretamente, fazendo comentários, antecipações, recordando-lhe o que já foi narrado anteriormente ou fatos a respeito dos quais o leitor já deve saber através da história: “Lá ao diante, formará o leitor conceito da natureza do milagre solicitado, e então verá que tal era ele que o santo, se o não fez, foi porque realmente não pôde” (p. 22); “O conteúdo da coluna 1ª da página 488 da obra não se reproduz, em respeito às damas que se dispensam de saber anatomia...” (p. 24);

O que o leitor sabe sobejamente da história seria impertinência repetir-lhe no romance.

A revolução de 1640 é tão falada, desde a escola de instrução primária até as festividades retóricas de cada 1º de Dezembro, que a pessoa inteligente em cuja mão este livrinho tem o préstimo de a livrar de ler outro pior, me

¹ A numeração de página apresentada entre parêntesis em todo este trabalho refere-se à edição de *O regicida* citada na bibliografia final.

está pedindo que dê vivas à independência nacional e passe adiante.

Seja assim, para agradar V. Ex^a e não defraudar historiadores que não têm, quando historiam, análoga consideração com os novelistas. (19-20)

“E, se não era milagre, diria ela consigo, onde foi meu marido desfazer as suas suspeitas? quem o despersuadiu?” Nós é que sabemos como foi” (p. 26); “Se na mente de padre Luiz chamejaram memórias históricas de Pedro Abeilard, e o demônio da imitação entrou com ele, é o que vamos deprender do capítulo seguinte” (p. 37); “Vimos, no capítulo IV, Domingos Leite e Roque da Cunha esquivarem-se rapidamente à presença do marquês de Gouveia” (38); “Escuso dizer ao leitor que todas essas ruas e becos desapareceram no terremoto de 1755. Há memória delas em João Batista de Castro (*Mappa de Portugal*) e outros topógrafos de Lisboa” (p. 46); “se o leitor leu em a *Nota 5ª* o testamento do rei, trasladado dos apontamentos originais” (p. 85).

Do fato histórico básico de que se origina o romance, destacam-se dados e fatos exteriores a ele, mas contemporâneos, que aparecem para legitimar o discurso. Mas a história está tão “mesclada” à ficção que dificilmente conseguimos definir as fronteiras entre as duas. Principalmente através dos diálogos Camilo lança juízos de valor a respeito da historiografia, e nas *Notas* – finais e de rodapé – explica e expande dados ficcionais e históricos, através de citações de historiadores e cronistas reais e imaginários.

Como já pudemos observar, quando o narrador afirma que irá se abster de descrever minuciosamente episódios históricos em sua ficção para “não defraudar historiadores que não têm, quando historiam, análoga consideração com os novelistas” (pp. 19-20), Camilo faz, em sua obra, várias críticas à historiografia e aos historiadores:

Este secretário de estado, raramente referido nos historiadores do reinado de seu real amo, exercia atribuições, segundo parece, nas coisas secretíssimas do rei (...) E dado que dois modernos historiadores nos dêem Antônio Cavide executado em Lisboa em 1673, é bom ver que não colhem idôneas informações de escritores coevos. (p. 86) Se um homem nestas condições ousaria prever que um historiógrafo português, século e meio depois, escreveria dele: ...*cheio de confusão e honra!*

Pois houve! O leitor verá que nesta sua, tão sua e

minha querida terra, temos historiadores que denominam a incestuosa mulher de Pedro II (veja o sr. conselheiro Antonio José Viale, na sua *História*) e Roque da Cunha homem chelo de confusão e honra. (Veja Roque Ferreira Lobo na sua *História da Aclamação de D. João IV.*) (p. 152)

Em *Nota* que há de ser posta como confirmação destas miudezas verá o leitor que não tem razão para se maravilhar da omissão dos historiadores, salvo se lhe não é desconhecido um opúsculo publicado de fr. Francisco Brandão, cronista-mór do reino, opúsculo publicado anonimamente em 1647... (p. 109) “a história dos governos monárquicos tem sido escrita de joelhos sobre os estrados dos tronos” (p. 215); “Todos os historiadores que o leitor conhece o enganaram involuntariamente ou por negligência de quem fiou demais nos seus antecessores e guias”. (p. 219)

Ao mesmo tempo em que Camilo usa a história para dar cunho de verdade ao seu texto, critica, em muitos momentos, a própria historiografia – o que por vezes pode até mesmo ser utilizado para autenticar seu discurso: contrariando historiadores tradicionais, o narrador se afirma portador da verdade. Afirmando que os historiadores também fazem ficção, invadindo os domínios dos romancistas (que por sua vez devem procurar não penetrar no território dos historiadores), talvez Camilo esteja fazendo uma crítica à atitude de Herculano perante a história.

Camilo faz também inúmeras referências ao estatuto ficcional de sua obra, citando por vezes até mesmo outras novelas: “De lavra nossa, neste romance, há apenas os episódios, que me saíram ajustados e congruentes com os traços essenciais da narrativa” (p.7); “A urdidura deste romance, que ousadamente chamamos histórico...” (p.7); “Esta racional hipótese, não vulgar nos personagens das novelas...” (p. 113). Esse assumir-se como ficção é atitude corrente na ficção histórica contemporânea.

O enredo da obra termina no ano de 1647 – sete anos após a “Restauração” da monarquia portuguesa. O narrador afirma, nas *Notas*, que provavelmente então Filipe IV e seus ministros conheciam “o tímido ânimo do rei de Portugal” (p 130). Três anos mais tarde, todos saberiam quem realmente era D. João, quando, na Paz de Westphalia, o rei quis que o príncipe D. Theodósio se casasse com a infanta da Espanha, que não tinha irmão. Como o rei espanhol não o reconhecia como rei, ele abdicaria em favor de seu filho, que teria então as duas coroas e fundiria os dois reinos.

Como pudemos ver, encontramos também na obra de Camilo ácidos comentários a respeito dos próprios portugueses – do rei, dos nobres. Só o povo se salva, ingênuo e levado ao sabor dos interesses dos politicamente importantes. Ainda a respeito do rei-“herói” português, o narrador afirma: “De sobra sabia Francisco de Lucena quem era D. João IV, e nada disse, morrendo inocentíssimo, e D. João IV de sobra sabia que Lucena morria inocente...” (p. 132).

Camilo comenta também a respeito da independência de seu país. Quando Domingos Leite e Roque da Cunha discutem a respeito da pretensão de Roque de conseguir uma comanda em Portugal assim que Filipe IV voltasse para lá, Domingos replica que é melhor que ele providencie uma comenda na Espanha, porque há sete anos os espanhóis tentam retomar Portugal e não conseguem. Roque lembra a falta de dinheiro de D. João IV e as letras de câmbio portuguesas que foram compradas por um judeu, Jeronymo Dias.

O que diferencia *O Regicida* dos romances de Garrett, Herculano e do romance histórico romântico em geral é que ele não reproduz a história oficial, mas subverte-a, desmistificando uma figura histórica. Ao mesmo tempo em que há uma maior preocupação com a ficção, com o inventivo, há também uma preocupação “moderna” de desfocalizar a história.

Tendo como pano de fundo o problema da legitimidade do trono de D. João IV, em luta contra Filipe da Espanha, o narrador não defende nem um nem outro lado, mas mostra os defeitos de ambos os reis e reinos. Se não se mostra abertamente a favor de Filipe IV, mostra a personalidade fraca e leviana de D. João IV. Se não se coloca ao lado dos favoráveis a D. João, mostra as intrigas, venenos e artimanhas das duas cortes para tomar o poder em Portugal. Coloca-se a favor apenas de seu protagonista, cujo nome aparece na historiografia, mas que Camilo cria quase completamente – ficcionaliza-o. O monstruoso regicida, que na história oficial é o assassino de um padre e instrumento do rei da Espanha, na ficção aparece como uma vítima da sociedade de interesses portuguesa – a sociedade da corte de D. João e a exilada em Madrid.

Dessa forma, a ficção histórica de Camilo contrapõe-se diametralmente à cena cultural em que a obra foi produzida. Em uma época dominada por um exacerbado nacionalismo, alimentado por uma supervalorização da história (leia-se o historicismo, a história de datas, de nomes, morta), *O Regicida* já mostra o que na pós-modernidade seria o problema básico tanto da ficção histórica quanto da escritura da história: uma

personagem secundária da história portuguesa, protagonista de um fato que passa quase despercebido dos historiadores, é recriada ficcionalmente para que a história seja desfocada – e dessa forma questionada a forma como foi escrita. Camilo muda a posição de Domingos Leite de vilão para vítima a fim de mostrar todos os lados da questão – que historiador poderá afirmar quais motivos levaram-no a tentar matar o rei?

Camilo faz ficção contando “o que poderia ter sido”. E assume estar fazendo literatura já na Advertência, afirmando que criou episódios, que “estruturou a narrativa de forma literária” (p. 7). Transforma o que era particular – uma personagem de quem na história ficou apenas um único ato – em universal, dando-lhe humanidade, uma natureza, pensamentos e ações que convêm a tal natureza.

Como afirmamos, Camilo afirma já na Advertência de seu livro que vai abordar ficcionalmente um dado histórico, isto é, interpretar interpretações. Desmonta o dado histórico que recebe da tradição historicista mostrando-o através de outro ângulo, dá-lhe uma interpretação diferente, mostrando como um fato pode ser lido de várias formas – mas assume-se também como autor, como “dono” da narrativa, sem pretender esconder que aquilo está sendo contado sob um determinado ponto de vista. À maneira dos ficcionistas nossos contemporâneos, cria uma ficção que pressupõe sua autoconsciência quanto aos limites e fronteiras de sua posição; deixa de se apresentar em uma posição de porta-voz da totalidade social. Ao invés de referenciar a história, o que é comum no Romantismo, ele a desmonta e se ri dela.

Referências bibliográficas

CASTELO BRANCO, C. *O regicida*. 6 ed. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1925.

Bibliografia consultada

AGUIAR E SILVA, V. M. de. *A estrutura do romance*. Coimbra: Almedina, 1974.
CHAVES, C. B. *O romance histórico no romantismo português*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.